

Saul Kripke sobre o argumento de Descartes para o dualismo mente-corpo *Tárik de Athayde Prata¹*

Resumo: O artigo visa fazer uma exposição crítica do argumento de Kripke contra o materialismo, argumento baseado nas reflexões de Descartes sobre a diferença entre a mente e o corpo. Após uma discussão do conceito kripkeano de designador rígido (seção 2), e da concepção de Kripke sobre as asserções de identidade (seção 3), é exposto o argumento contra o materialismo (seção 4). Nas considerações finais esse argumento é criticado a partir da concepção de Joseph Levine a respeito da *lacuna explanatória* (seção 5).

Palavras-Chave: Designadores rígidos. Asserções de Identidade. Possibilidade de concepção. Dualismo. Lacuna explanatória.

1. Introdução

Apesar de exercer uma profunda influência (mesmo que, por vezes, oculta) na filosofia da mente contemporânea², René Descartes (1596-1650) permaneceu, durante longo tempo, desacreditado no que diz respeito, justamente, à sua tese mais importante acerca do mental: o dualismo mente-corpo, a tese de que fenômenos mentais e fenômenos físicos formam domínios metafisicamente distintos. Já Gilbert Ryle (1900-1976), autor de *The Concept of Mind*, (livro de 1949, que é considerado o marco inaugural da filosofia da mente contemporânea) pretendeu ter refutado o dualismo como um mero erro categorial e, desde então, nas palavras de Ansgar Beckermann: “a teoria cartesiana das duas substâncias foi considerada por muitos como obsoleta – uma teoria de interesse, no máximo, histórico.” (BECKERMANN, 1986, p. 7). Porém, desde o início dos anos de 1970, esse cenário se modificou radicalmente, pois o dualismo (assim como o principal argumento de Descartes para sustentá-lo) voltou a ser considerado digno de atenção, e um dos principais responsáveis por essa mudança foi Saul Kripke

¹ Doutor em Filosofia pela Ruprecht-Karl Universität Heidelberg (Alemanha). Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Diversas passagens do presente artigo (especialmente a seção 3) são baseadas no trabalho que escrevi para o curso de leitura de *Naming and Necessity* ministrado pelo Prof. Dr. Ralf Busse na Universidade de Heidelberg, durante o semestre de inverno de 2003/2004. Gostaria de agradecer ao professor Busse (que atualmente trabalha na Universidade de Mainz) por todo o suporte aos meus estudos de Kripke. Gostaria também de agradecer ao Prof. Dr. Guido Imaguire (atualmente na UFRJ) pela discussão de uma versão anterior do presente artigo. A parte principal do presente trabalho foi redigida no período em que recebi apoio do programa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) do CNPq em convênio com a FUNCAP, no antigo Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), de 2007 a 2009.

² Andreas Kemmerling inicia seu livro sobre Descartes, obra muito influente no mundo de língua alemã, com as seguintes palavras: “Representação e consciência são consideradas ainda hoje – apesar de Wittgenstein – como as características decisivas do mental. Não se pode encontrar um único homem que tenha sido mais influente para esse tipo de caracterização do mental do que Descartes. Suas teorias sobre esses assuntos não são aceitas por quase ninguém e são compreendidas por ainda menos pessoas. Entretanto, o modo como ele trata filosoficamente esses temas é até hoje inconscientemente imitado por muitos” (KEMMERLING, 2005, p. 9). As citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor do presente texto.

(1940-), um dos grandes expoentes da filosofia analítica no século XX. De acordo com Beckermann:

Até onde eu sei, S. Kripke foi um dos primeiros a romper a proscrição analítica operada por Ryle, quando ele indicou que não se poderia colocar tão facilmente de lado o argumento metafísico de Descartes para o dualismo. Pois esse argumento estaria baseado em um princípio válido da lógica modal: ‘se é possível que *a* e *b* não sejam idênticos, então eles, de fato, não são idênticos’. (BECKERMANN, 1986, p. 8)

O livro *Naming and Necessity* (2001 [original 1972]), principal obra de Kripke, que consiste na transcrição de três conferências proferidas por ele em 1970 na Universidade de Princeton, foi uma das obras filosóficas mais influentes do século XX. No livro, ele revolucionou diversos campos, como a filosofia da linguagem (com sua teoria da referência direta), ou como o entendimento da relação entre modalidades aléticas (p. ex. necessidade, contingência etc.), por um lado, e modalidades epistêmicas (*a priori* e *a posteriori*), por outro. E o impacto de suas idéias se estendeu, também, à filosofia da mente. É bastante curioso notar que uma pequena passagem do livro (as últimas dez páginas de *Naming and Necessity*), onde Kripke aplica algumas de suas considerações sobre filosofia da linguagem ao caso da relação mente-cérebro, é um dos textos mais influentes no debate contemporâneo acerca da consciência. Nessa passagem, ele faz menção a um dos argumentos cartesianos para a distinção real entre a alma e o corpo do homem³, tomando a premissa central de tal argumento para formular a sua própria argumentação contra o materialismo. Segundo SCHRÖDER (2004, pp. 47-56), Descartes teria apresentado quatro argumentos para fundamentar a tese de uma distinção real entre a *alma* e o *corpo* (ou entre a substância mental – pensante – e a substância material – extensa)⁴ apesar da união de fato entre essas duas substâncias. Para essa tese, o filósofo teria apresentado (a) um argumento da *possibilidade*; (b) um argumento da *divisibilidade*; (c) um argumento da *extensão* e (d) um argumento da *impossibilidade de uma explanação materialista* da linguagem e da ação humanas.⁵ Apenas o primeiro deles, o argumento da possibilidade, é considerado por Kripke. Ele reflete sobre tal argumento à luz dos conceitos de sua própria filosofia da linguagem, e acaba articulando uma nova versão dele, que foi um dos grandes impulsos para o dualismo mente-corpo na contemporaneidade.

Kripke considerou extremamente difícil refutar a premissa cartesiana de que a mente poderia existir sem o corpo (cf. KRIPKE, 2001, p. 145-6; 148) e não via no presente nenhuma forma de se fazer isso. De acordo com ele, asserções de identidade formadas por *designadores rígidos* (expressões que designam a mesma entidade em todos os mundos possíveis)⁶, são *necessárias*, pois são verdadeiras em qualquer situação concebível. Portanto, uma vez que as asserções de identidade entre fenômenos mentais e fenômenos físicos parecem contingentes (e não temos, por enquanto, meios de negar

³ “Descartes e outros seguindo a ele argumentou que uma pessoa ou mente é distinta de seu corpo, já que a mente poderia existir sem o corpo. (...) Agora a resposta que eu considero completamente inadmissível é a resposta que tranquilamente aceita a premissa cartesiana, mas nega a conclusão” (KRIPKE, 2001, p. 144-5).

⁴ Para uma discussão detalhada da noção de substância e das demais categorias da ontologia cartesiana da mente cf. BECKERMANN (1986, pp. 44-52); HEIL (1998, pp. 15-26) e MASLIN (2009, pp. 46-71).

⁵ BECKERMANN (2001, pp. 29-37) Refere-se apenas a dois desses argumentos cartesianos, o primeiro, que ele chama de “argumento metafísico”, e o quarto, que ele chama de “argumento da filosofia da natureza” [*das naturphilosophische Argument*].

⁶ Exemplos de designadores rígidos são nomes próprios (como “Túlio” ou “Cícero”) e designadores de tipos naturais (como “água”, “H₂O”, “calor” ou “energia cinética média das moléculas”).

essa contingência) elas *tem que ser falsas*, o que abre espaço para o dualismo ontológico.

Entretanto, nos anos de 1980, o filósofo Joseph Levine procurou rearticular o argumento de Kripke, em uma versão mais fraca. Ele considerou que que Kripke, ao pretender alcançar *conclusões ontológicas* com seu argumento, foi excessivamente ambicioso, pois a partir daquilo que podemos *conceber* (algo que diz respeito às nossas capacidades cognitivas) não seria possível tirar conclusões acerca de *como as coisas são* (ontologia).

O objetivo do presente trabalho é realizar uma apresentação detalhada e uma consideração crítica do argumento de Kripke contra o materialismo (explicitamente baseado no argumento cartesiano). Primeiramente, serão examinados os conceitos de *designador rígido* e de *mundos possíveis* (seção 2), e as reflexões do autor a respeito das *asserções de identidade* (seção 3). Em seguida, será abordada seu argumento contra o materialismo (seção 4). Nas considerações finais, será feita uma reflexão crítica a respeito desse argumento a partir do ponto de vista de Levine (seção 5).

2. Designadores rígidos e mundos possíveis

Para entender a dificuldade de se refutar a premissa do argumento cartesiano – a de que “a mente poderia existir sem o corpo” (KRIPKE, 2001, p. 144) – é essencial compreender a noção, introduzida por Kripke, de *designador rígido*. Um dos pontos centrais de *Naming and Necessity* é uma teoria da referência de termos singulares⁷, tanto *nomes próprios* que se referem a uma pessoa, uma cidade, um país etc., quanto *descrições definidas*, que se referem a tais concretos particulares por meio de alguma propriedade que eles, e só eles, possuem. Tanto nomes próprios quanto descrições definidas são denominadas por Kripke como “designadores”.

A tese de Kripke é que os *nomes próprios* são designadores rígidos, tese que só é compreensível quando se leva em conta as reflexões dele sobre a lógica modal, ou seja, a disciplina que procura nos fornecer as regras para realizar deduções válidas a partir de enunciados em que figuram termos como “possível”, “necessário”, “impossível” e “contingente”. Kripke define um designador rígido como aquele que designa o mesmo concreto particular em todos os *mundos possíveis* (cf. KRIPKE, 2001, p. 48). A noção de mundos possíveis baseia-se na nossa intuição de que as coisas poderiam ser diferentes do que elas são de fato.⁸ Imagine o caso de um jovem que, apesar de ter um pendor para a química acabou iniciando a graduação em sociologia por este ser um curso noturno, compatível com seu horário diurno de trabalho.⁹ Estando o rapaz formado, parece bastante razoável dizer que, apesar de ser sociólogo, ele *poderia ter sido* um químico. Se as suas condições financeiras fossem outras, o rapaz não precisaria ter optado por um curso noturno. Parece bastante razoável supor que o mundo poderia ter tido uma outra história, na qual aquele rapaz tivesse podido optar pelo curso que ele realmente desejava. Um modo de falar sobre esse tipo de possibilidade é com o vocabulário de “mundos possíveis.”¹⁰ Nós podemos dizer que, apesar de Florestan

⁷ Termos singulares são aqueles que se referem a *concretos particulares*, ou seja, entidades que existem em porções determinadas do espaço e do tempo. Tais termos se diferenciam dos assim chamados termos gerais, que designam *universais*, entidades postuladas pela corrente dominante da filosofia ocidental na antiguidade e na idade média, que poderiam ser exemplificadas por diferentes concretos particulares em porções descontínuas do espaço. Acerca da distinção entre concretos particulares e universais cf. LOUX (2006, pp. 19-20).

⁸ Kripke (2001, p. 16-7) afirma que a intuição subjacente à idéia de mundos possíveis é facilmente apreendida por crianças em exercícios escolares sobre probabilidades.

⁹ Esse foi o caso do eminente sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995).

¹⁰ Para uma apresentação da história do conceito de mundos possíveis cf. BURKHARDT, 2007.

Fernandes ter se formado em sociologia, seria possível um mundo em que ele tivesse se formado em química. Apesar de *no mundo atual*¹¹ Florestan Fernandes ter sido um sociólogo, em um outro mundo possível, ou melhor, em vários *mundos possíveis*, ele poderia ter sido um químico, assim como em muitos outros mundos possíveis ele teria uma outra profissão, ou nem sequer existiria.

Embora alguém pudesse pensar que a descrição definida “O primeiro presidente civil após o regime militar de 1964” designe José Sarney “fixamente” no mundo atual (pois a descrição nos dá um critério para designar este e apenas este indivíduo entre todos os indivíduos do mundo atual), essa descrição designa diversos indivíduos em diversos mundos possíveis (tanto é que a depender da vontade do governo militar em 1985 essa descrição designaria Paulo Maluf, e a depender do resultado da eleição no colégio eleitoral ela designaria Tancredo Neves), sendo, portanto, na concepção de Kripke, um designador não-rígido.

Mas a tese de que *nomes próprios* possuem rigidez é realmente sustentável? Como poderia algo tão contingente e arbitrário quanto um nome designar o mesmo concreto particular em todos os mundos possíveis? Não é verdade que, já no mundo atual (pensando agora no caso de seres humanos), os mesmos nomes próprios são portados por muitos indivíduos diferentes? Quantos milhares de homens se chamam José? Como poderia esse nome designar cada uma deles rigidamente se ele designa a todos esses milhares? Além disso, imagine um mundo possível em que a descrição “O primeiro presidente civil após o regime militar de 1964” designasse um indivíduo com todas as propriedades de José Sarney no mundo atual, com a única exceção de que, naquele mundo possível o indivíduo se chama “João”. Se nós fôssemos até aquele mundo possível e estivéssemos frente a frente com o primeiro presidente civil após o regime de 1964, nós estaríamos frente a frente com João Sarney, de modo que o nome próprio “José” do mundo atual não faria referência a ele, tendo como resultado que esse nome *não designa* o mesmo concreto particular em todos os mundos possíveis. Porém, uma tal conclusão seria para Kripke fruto de uma concepção errônea do que sejam mundos possíveis. Para ele, mesmo que o concreto particular pudesse ter um outro nome em outros mundos possíveis, nós ainda faríamos referência a ele por meio do nome que ele tem no mundo atual.

Quanto à objeção que parte do fato de que muitos indivíduos diferentes possuem (foneticamente) o mesmo nome próprio, Kripke a considera irrelevante para o tema da designação rígida, pois, ao considerar um determinado nome próprio um designador rígido, ele assume um uso específico desse nome, ou seja, assume que o nome designa um concreto particular em especial. O nome “Aristóteles”, por exemplo, pode designar o grande filósofo grego do século IV a.c. ou o magnata grego do século XX d.c. (entre inúmeros outros indivíduos chamados “Aristóteles”). Mas ao considerar frases como “Aristóteles escreveu a *Ética Nicomaquéia*” ou “Aristóteles foi casado com Maria Callas” deve-se assumir um determinado uso desses nomes, de modo que eles façam referência ao indivíduo devido. Deve-se assumir uma determinada leitura dessas frases e, nas palavras de Kripke: “para cada leitura particular nós podemos perguntar separadamente se o que é expresso seria verdadeiro em uma situação contrafactual se e somente se algum indivíduo fixado tem a propriedade adequada. *Esta é a questão da rigidez*” (KRIPKE, 2001, p. 9).

Voltando ao ponto da concepção errônea acerca dos mundos possíveis, Kripke rejeita a idéia de que eles sejam algo como planetas distantes, existindo em um universo paralelo, e para evitar esse tipo de mal entendido, sugerido pela expressão *mundos*

¹¹ “Atual” não tem aqui o sentido de atualidade cronológica, mas sim o de “realidade”.

possíveis, o autor sugere termos como “estado (ou história) possível do mundo” e “situação contrafactual” (cf. Ibid., p. 15). Um mundo possível não é algo como um país distante, que nós pudéssemos observar através de um telescópio. Para ele “um mundo possível é *dado pelas condições descritivas que nós associamos com ele*” (Ibid., p. 44). Trata-se de uma situação que poderia ter sido o caso, pensada em relação à uma situação específica do mundo atual. De acordo com Kripke:

‘Mundos possíveis’ são *estipulados*, não *descobertos* por telescópios potentes. Não há razão pela qual nós não possamos *estipular* que, falando sobre o que teria acontecido a Nixon em uma certa situação contrafactual, nós estamos falando sobre o que teria acontecido a *ele*. (KRIPKE, 2001, p. 45)

Após essas considerações sobre os conceitos de designador rígido e mundo possível, podemos passar para as idéias de Kripke acerca de *asserções de identidade*, idéias cuja compreensão é indispensável para que se possa entender seu argumento contra o materialismo na filosofia da mente.

3. Asserções de identidade

Uma asserção de identidade é aquela que afirma que dois concretos particulares ou propriedades, que alguém poderia pensar serem diferentes, são na verdade um(a) só. No que diz respeito aos concretos particulares, asserções de identidade podem ser construídas com os diversos tipos de designadores distinguidos por Kripke, tanto nomes próprios (p. ex.: “Túlio é Cícero”; referindo-se ao político do período final da república romana), quanto descrições definidas (p. ex.: “O mais famoso discípulo de Platão é o mestre de Alexandre o grande”, referindo ao filósofo Aristóteles de Estagira), ou ainda combinando os dois tipos (p. ex.: “Aristóteles é o autor da *Ética Nicomaquéia*”). Na época em que ele escreveu *Naming and Necessity* era bastante difundida a idéia de que haveriam *identidades contingentes*, ou seja, identidades que poderiam não ter sido o caso, identidades que não subsistem em todos os mundos possíveis. Kripke aceita que asserções de identidade formadas com descrições definidas expressem verdades contingentes, pois as descrições não designam o mesmo ente em todos os mundos possíveis (ou em todas as histórias possíveis do mundo). Uma asserção de identidade tal como: “O autor da *Ética Nicomaquéia* é o mestre de Alexandre o grande”, apesar de verdadeira no mundo atual exprime uma verdade contingente, pois o ser humano que escreveu a *Ética Nicomaquéia* poderia nunca tê-la escrito, assim como poderia não ter sido o preceptor de Alexandre o grande.¹² Por outro lado, o autor rejeita que asserções de identidade formadas apenas por nomes próprios expressem verdades contingentes, porque nomes próprios são designadores rígidos. Nesse ponto, Kripke diverge radicalmente da tradição filosófica anterior a ele, pois apesar de conceber asserções de identidade formadas por nomes próprios como *necessariamente* verdadeiras, ele admite que essa verdade é cognoscível apenas *a posteriori*, ou seja, apenas através da experiência. Para a tradição filosófica, por outro lado, uma verdade *necessária* teria de ser cognoscível *a priori*, ou seja, somente através da razão, independentemente da experiência. Kripke expressa sua divergência da seguinte maneira: “Há um sentimento muito forte que leva as pessoas a pensarem que se você não pode saber algo por raciocínio *a priori*, então isso tem que ser contingente: isso poderia ter se configurado

¹² Evidentemente, o mesmo vale para asserções de identidade formadas por um nome e uma descrição (p. ex.: “Aristóteles é o autor da *Ética Nicomaquéia*”), pois a presença da descrição torna a verdade da asserção contingente da maneira que acaba de ser explicada.

de outra forma, mas apesar disso eu penso que esse sentimento é errado” (KRIPKE, 2001, p. 101).¹³

Para fundamentar essa convicção, Kripke examina o caso do planeta Vênus. Se se parte do princípio que esse corpo celeste pode ser designado com os nomes “Hesperus” e “Phosphorus”, de modo que a asserção de identidade “Hesperus é Phosphorus” é verdadeira, então se pode, de acordo com o autor, perguntar: existiriam situações possíveis nas quais Hesperus não teria sido Phosphorus? (cf. KRIPKE, 2001, p. 102). Naturalmente é possível que dois corpos celestes diferentes tivessem sido denominados “Hesperus” e “Phosphorus”, mas de acordo com a tese da designação rígida esses nomes próprios designam a mesma entidade em todos os mundos possíveis, mesmo naqueles mundos em que tais nomes são usados para nomear diferentes corpos celestes. O que realmente importa é o modo como *nós* (no mundo atual) usamos esses nomes.¹⁴ Seria possível uma situação na qual alguém, ao apontar para Hesperus de noite e para Phosphorus de manhã, não estaria apontando para o planeta Vênus e nomeando esse planeta como “Hesperus” e “Phosphorus”. Esse alguém poderia ao usar, por exemplo, o nome “Phosphorus” ao apontar para um outro planeta. Mas nesse caso o nome “Phosphorus” não designaria o mesmo planeta que é denominado Phosphorus no mundo atual (cf. KRIPKE, 2001, p. 102), de modo que essa situação possível hora descrita não seria uma situação na qual Hesperus (Vênus) não fosse Phosphorus (Vênus). Não há nenhum mundo possível no qual Hesperus não é Phosphorus, simplesmente porque Hesperus *é* de fato Phosphorus.

Porém, embora Kripke afirme que não há nenhum mundo possível no qual Hesperus não seja Phosphorus, ele admite que em um certo sentido as coisas poderiam se mostrar [*turn out*] de maneira diferente. Trata-se de uma contingência *epistêmica*, que é algo mais forte do que a mera incerteza que se experimenta quando se considera, por exemplo, o teorema das quatro cores (cf. KRIPKE, 2001, p. 103)¹⁵ ou a conjectura de Goldbach (cf. Ibid., p. 36-8).¹⁶ Não sabemos se esses dois últimos são verdadeiros ou falsos. Mas no caso da estrela da tarde e da estrela da manhã seria possível que alguém visse uma estrela em determinada posição no céu ao anoitecer, a denominasse de “Hesperus”, visse uma estrela em determinada posição do céu ao amanhecer, a denominasse de “Phosphorus”, porém descobrisse depois através de investigação empírica que se tratavam de dois diferentes corpos celestes (cf. Ibid., p. 103). Dito de outra maneira, aquela pessoa que, no mundo atual vê Vênus ao amanhecer e ao anoitecer, nomeando esse planeta “Phosphorus” de manhã e “Hesperus” de noite, se encontra em uma determinada *situação epistêmica* (isto é, ela olha para determinadas posições no céu de manhã e de noite e recebe determinadas impressões sensoriais que provocam determinadas experiências conscientes, vivências qualitativas). Em outro mundo possível alguém poderia se encontrar na mesma situação epistêmica da pessoa no mundo atual (isto é, olhar para as mesmas posições no céu, receber as mesmas

¹³ Caracterizando as modalidades aléticas, podemos dizer que há **necessidade** quando uma asserção que *tem de* ser verdadeira; quando não há um mundo possível no qual a asserção não seja verdadeira, e que a **contingência** se dá quando uma asserção é verdadeira, mas poderia não ser; quando há pelo menos um mundo possível no qual ela não é verdadeira. Caracterizando as modalidades epistêmicas podemos dizer que é **a priori** a verdade de uma asserção que pode ser determinada por puro raciocínio, independentemente da experiência, e que é **a posteriori** a verdade de uma asserção que pode se determinar apenas com recurso à experiência.

¹⁴ “Como *nós* deveríamos descrever essa situação?” (KRIPKE, 2001, p. 102).

¹⁵ De acordo com o teorema das quatro cores, é possível colorir qualquer mapa usando apenas quatro cores, sem que regiões vizinhas sejam coloridas com a mesma cor.

¹⁶ Segundo a conjectura de Goldbach, todo número maior que 2 é a soma de dois números primos.

impressões sensoriais e ter vivências qualitativamente indistinguíveis) e mesmo assim chamar dois corpos celestes distintos de “Hesperus” e “Phosphorus” (cf. Ibid., p. 104).

Entretanto Kripke não acha que isso signifique que Hesperus não é Phosphorus nessa outra situação possível. Essa possível situação contrafática não teria nada a ver com o fato necessário de que Hesperus e Phosphorus são idênticos, porque as evidências epistêmicas (tanto no mundo atual como na situação contrafática) se baseiam em *propriedades contingentes* de Hesperus e Phosphorus, a saber, as propriedades de ser visível na terra em determinadas posições ao amanhecer e ao anoitecer. A identidade de Hesperus e Phosphorus é cognoscível apenas *a posteriori* – ou seja, através da experiência – porque alguém poderia ter evidências epistêmicas indistinguíveis sem estar vendo o mesmo corpo celeste. Desse modo, *em um certo sentido*, a identidade de Hesperus e Phosphorus poderia não subsistir, pois Vênus poderia não ser visível ao amanhecer ou ao anoitecer. De acordo com Kripke: “É apenas uma verdade contingente (não verdadeira em todos os mundos possíveis) que a estrela vista lá em cima ao anoitecer seja a estrela vista no alto ao amanhecer, porque existem mundos possíveis nos quais Phosphorus não era visível pela manhã” (KRIPKE, 2001, p. 105). Mas enquanto Vênus possui a propriedade de ser visível ao amanhecer ou ao anoitecer de modo meramente *contingente*, a verdade da asserção de identidade “Hesperus é Phosphorus” é *necessária*. O fato contingente de que Phosphorus (Vênus) é visível ao amanhecer e o fato necessário de que Phosphorus é Hesperus (ou seja, que Vênus é idêntico a si mesmo), são dois fatos *diferentes*, e esses dois fatos não devem, segundo Kripke, ser confundidos.

4. O argumento de Kripke contra o materialismo

Após o exame dos conceitos de designador rígido e mundo possível, assim como das idéias de Kripke sobre asserções de identidade, pode-se finalmente passar para a crítica articulada pelo filósofo contra a teoria da identidade entre o mental e o físico. Os defensores dessa teoria na filosofia da mente conceberam diferentes tipos de identificação, dos quais Kripke cita três: (a) de uma pessoa com o seu corpo, (b) de uma sensação particular com um estado cerebral particular, e (c) de tipos de estados mentais com tipos de estados físicos. Apesar de tecer algumas considerações sobre as outras variantes, observando que elas são independentes (alguns filósofos aceitaram, por exemplo, a variante (b) ao mesmo tempo em que negavam a variante (c)), o autor se ocupa principalmente com a identidade de *tipos*.

A chamada teoria da identidade de tipos (*type-type identity theory*) concebe a identidade entre fenômenos mentais (como a dor) e fenômenos físicos (como a estimulação das fibras C) como algo análogo às identificações feitas no campo das ciências naturais entre tipos de fenômenos físicos, tais como o calor e a energia cinética molecular média, ou a água e as moléculas de H₂O, sendo que, antes de Kripke, todas essas identidades foram vistas como *contingentes*. O problema é que, de acordo com ele, tais identidades teriam de ser *necessárias*.¹⁷

A partir das reflexões lingüísticas de Kripke, deve-se concluir que asserções de identidade como “calor = movimento molecular” e “dor = estimulação das fibras C”, uma vez que elas são construídas com *designadores rígidos* (que, por definição, designam o seu referente em todos os mundos possíveis), caso sejam verdadeiras, tem

¹⁷ Tal necessidade decorre, para Kripke, do fato de que os termos teóricos usados nessas identificações, são, assim como os nomes próprios, designadores rígidos: “meu argumento implicitamente conclui que certos termos gerais, aqueles usados para tipos naturais tem uma proximidade com os nomes maior do que se costuma perceber. Essa conclusão vale certamente para vários nomes de espécies, ..., e também para certos termos para fenômenos naturais como ‘calor’, ‘luz’, ‘som’(...)” (KRIPKE, 2001, p. 134).

de ser necessariamente verdadeiras, pois os termos de cada lado do sinal de igualdade designam os mesmos fenômenos em qualquer situação concebível. Tomando o ponto de vista ontológico (relativo ao *modo de ser* das próprias entidades em questão) deve-se concluir que tais asserções de identidade são necessariamente verdadeiras, pois toda entidade é idêntica a si mesma (supondo que há um substrato de propriedades essenciais que subjaz às mudanças) de maneira que, em nenhum mundo possível, uma entidade poderia não ser o que ela é.

Entretanto, se asserções de identidade físicas (“calor = movimento molecular”) e psicofísicas (“dor = estimulação das fibras C”) forem de fato, como pensavam os teóricos da identidade, *contingentes*, isso significaria que elas, na verdade são, simplesmente, *falsas*. O caso é que os teóricos da identidade tinham seus motivos para pensá-las como contingentes (pois, de certo modo, elas parecem sê-lo), mas as reflexões de Kripke colocam para eles um grande desafio: mostrar que a contingência dessas asserções de identidade é apenas aparente.¹⁸ No caso de asserções de identidade entre fenômenos físicos (p. ex. calor, água, etc.), Kripke acredita que essa tarefa pode ser realizada, de um modo que já se pode entrever nas considerações sobre asserções de identidade feitas acima (cf. o caso da aparente contingência de “Hesperus = Phosphorus”). Já no caso das asserções de identidades entre fenômenos mentais e físicos, ele não afirma taxativamente que a tarefa seja impossível, mas pensa que ela é, no mínimo, extremamente difícil, pois o caso das identidades entre fenômenos mentais e físicos não pode ser comparado com o caso da identidade entre fenômenos físicos.

A estratégia para se explicar a aparente contingência de identidades físicas (p. ex. “água = H₂O”) que são necessárias *a posteriori* (subsistentes em todos os mundos possíveis e cognoscíveis apenas através da experiência) é reconhecer que a identidade, em si mesma, é necessária, embora alguém pudesse estar numa situação epistêmica *qualitativamente* indistinguível da situação em questão no mundo atual, sendo que nessa outra situação possível a asserção de identidade *qualitativamente* análoga poderia ser falsa. Por exemplo, apesar de Vênus ser idêntico a si mesmo em qualquer situação concebível, seria possível que dois corpos celestes diferentes (p. ex. Vênus e um outro planeta, ou então dois corpos celestes que não Vênus) fossem vistos no céu nos mesmos horários característicos ao amanhecer e ao anoitecer, de maneira que, mesmo se estes corpos celestes fossem chamados “Hesperus” e “Phosphorus”, Hesperus não seria idêntico a Phosphorus, o que não interferiria com o fato de que Vênus é Vênus.

Kripke considera um caso de identidade entre tipos de fenômenos naturais, a saber: a identidade entre o *calor* e a *energia cinética molecular* constatada pela redução da termodinâmica à mecânica estatística. Se os fenômenos em questão são de fato idênticos, então essa identidade é necessária. Para o autor, quando alguém afirma que essa identidade é contingente, o que ele tem em mente é que “alguém poderia ter sentido um fenômeno do mesmo modo como nós sentimos o calor, (...), mesmo que esse fenômeno não fosse movimento molecular” (2001, p. 150).

Agora a pergunta decisiva é: poderia essa estratégia ser aplicada ao caso da identidade entre um tipo de sensação e um tipo de estado cerebral? Kripke pensa que não, pois se é verdade que o calor poderia existir sem ser sentido como calor – isto é, se o calor continuaria a existir se ele não provocasse nos seres humanos uma sensação específica – a dor, por sua vez, não poderia existir sem ser sentida como dor – pois a dor

¹⁸ Se conseguisse provar que a contingência é apenas aparente, o teórico da identidade estaria refutando os cartesianos não da maneira habitual, que é aceitar a premissa de que a identidade é contingente mas recusar que a contingência demonstre a não-identidade. O teórico da identidade estaria refutando os cartesianos ao aceitar que a premissa garantiria a conclusão, mas dizendo que a premissa é ilusória, superficialmente plausível, mas falsa.

é uma sensação. Para o teórico da identidade, a dor é a estimulação das fibras C, e se elas são idênticas então são necessariamente co-ocorrentes. Mas se a estimulação das fibras C pode ocorrer sem que a sensação ocorra, então elas *não são* idênticas.

Kripke traça o paralelo entre os dois casos da seguinte maneira: no caso do movimento molecular e do calor existe algo, a saber, a sensação de calor, que é um intermediário entre o fenômeno externo e o observador. No caso do fenômeno mental e do fenômeno físico não é possível tal intermediário, desde que nesse caso o fenômeno físico é suposto ser idêntico ao próprio fenômeno interno (KRIPKE, 2001, p. 151-2). Enquanto é possível estar na mesma situação epistêmica na qual se está quando há calor, mesmo na ausência de calor (movimento molecular), é, por outro lado, impossível estar na mesma situação epistêmica da dor na ausência da dor. Uma outra maneira de elucidar a diferença entre o caso do calor e o caso da dor é através da noção daquilo que captura [*pick out*] a referência de um designador rígido. O ponto decisivo no caso da identificação do calor com movimento molecular é que embora “calor” seja um designador rígido, sua referência é determinada por meio de uma *propriedade accidental* do referente, a propriedade de provocar nos humanos uma determinada sensação. Assim, um outro fenômeno que não o movimento molecular poderia ter sido designado rigidamente com esse termo, se a referência fosse determinada através da sensação (p. ex., se nós sentíssemos a sensação característica do calor quando fôssemos expostos a um determinado tipo de luz infra-vermelha). Já no caso da dor a referência do designador rígido “dor” não é capturada através de uma propriedade accidental, mas sim pela propriedade de ser um dor, pela “qualidade fenomenológica imediata” (KRIPKE, 2001, p. 152 – cf. a nota de rodapé nº 26, abaixo) que é uma *propriedade essencial* do fenômeno em questão.

A aparente contingência das asserções de identidade mencionadas pode ser apresentada da seguinte maneira: quando a asserção “calor = movimento molecular” nos parece contingente na verdade temos em mente algo como: “o fenômeno que causa a sensação S = movimento molecular”, pois de fato é possível que a energia cinética molecular não causasse essa sensação, embora se ele não causasse a sensação S, isso não significaria que o calor não é calor (que o movimento molecular não é movimento molecular). Entretanto, quando a asserção de identidade “dor = estimulação das fibras C” nos parece contingente, essa contingência não pode ser explicada da mesma maneira, pois a asserção “o fenômeno que é sentido como dor = estimulação das fibras C” é exatamente equivalente à asserção anterior (“dor = estimulação das fibras C”).

Mas se a contingência dessas asserções não pode ser descartada como uma ilusão, então temos de admitir que essa contingência é real. Se, entretanto, a contingência é real, então a asserção de identidade é *falsa*. E se tal asserção de identidade psicofísica é falsa, nos vemos diante de uma situação na qual os fenômenos mentais, com suas características distintivas, formam um domínio irreduzível, acima e além do domínio físico.

5. Reformulando o argumento de Kripke: Levine e a lacuna explanatória

Levine se propõe a transformar o argumento de Kripke contra o materialismo de um argumento metafísico em um argumento epistemológico. Nesse sentido, ele assume explicitamente a influência da teoria de Thomas Nagel sobre suas reflexões (cf. LEVINE, 1983, p. 361, nota 3). Porém, pelo fato de recorrer à reflexão sobre asserções de identidade, a sua teoria se beneficia, da clareza de estar considerando asserções bem determinadas (como faz Kripke) e não a experiência global de um organismo (como faz Nagel), de modo que, ao considerar essas asserções ele consegue transmitir de modo

mais claro do que Nagel porque a identificação de estados de consciência (fenomenológica) com fenômenos objetivos permanece incompreensível.

Levine se volta para a intuição cartesiana discutida por Kripke em *Naming and Necessity* e discorda que essa intuição (a de que a mente pode existir sem o corpo) seja suficiente para alicerçar a *tese ontológica* da diferença real entre mente e matéria. Sua meta é articular uma versão mais fraca do argumento kripkeano, usando a intuição cartesiana para fundamentar uma *tese epistemológica*, concernente a aquilo que nós podemos conceber.

Como foi exposto acima, Kripke analisa asserções de identidade psicofísicas como (1) “dor é a estimulação das fibras C”, que são concebidas pelos materialistas como análogas às asserções de identidade das ciências naturais como (2) “calor é energia cinética média”, afirmando que elas têm em comum a aparente contingência – elas não parecem ser verdadeiras em todos os mundos possíveis – mas se diferenciam pelo fato de que a contingência das asserções psicofísicas parece ser ineliminável. Uma possível estratégia para resolver o problema é articular o materialismo a partir de asserções de identidade psicofuncionais, isto é, asserções que identificam um estado mental não com um processo neurológico, mas sim com a *função* que esse processo desempenha. A dor, por exemplo, é identificada não com a estimulação das fibras C, mas sim com um estado *causado* por impactos ou ferimentos no corpo, e que *causa* outros estados mentais (p. ex., irritação por ter se ferido ou o desejo de debelar a dor) e determinadas reações do organismo (como gritar, gemer ou tratar o ferimento). A descrição das causas e efeitos gera uma caracterização do estado mental enquanto uma *função* (papel causal) e, se o estado mental é identificado com esta, então (argumenta o funcionalista) não é surpresa que a asserção de identidade psicofísica seja contingente, pois a função pode ser realizada por diferentes processos físicos (p.ex. a estimulação das fibras C nos humanos, mas por outro processo cerebral nos golfinhos e assim por diante). Porém, Levine não acha que essa estratégia funcione, pois um argumento ao estilo de Kripke pode ser articulado também contra o funcionalismo (cf. LEVINE, 1983, p. 355-6; BLOCK, 1980).

Mas o ponto mais relevante para o propósito do presente artigo é que, para Levine, tais argumentos não são suficientes para fundamentar uma tese ontológica, pois eles se baseiam em uma intuição a respeito de nossas *capacidades de concepção*: ao considerar a asserção psicofísica ou psicofuncional, podemos *conceber* que o processo cerebral ou o papel causal estivessem presentes sem a dor. Mas como podemos concluir, a partir *somente* de nossa capacidade de conceber, algo sobre a estrutura da realidade mesma? Levine nos lembra que, ao enfatizar a diferença entre possibilidade epistemológica e possibilidade metafísica, o próprio Kripke abre margem para que se possa considerar que algo epistemologicamente contingente (algo que podemos conceber de outra maneira) poderia ser metafisicamente necessário.¹⁹ Ao considerar a contingência epistemológica (relativa às nossas capacidades de concepção) suficiente para a contingência metafísica (relativa ao modo como as coisas são) Kripke parece estar excessivamente comprometido com a perspectiva cartesiana. Nas palavras de Levine:

Kripke, seguindo Descartes, parece se basear na idéia de que se você tem uma idéia realmente “clara e distinta” você tem acesso ao modo como as coisas são, metafisicamente falando (...). Mas suponha que nós rejeitemos completamente o modelo

¹⁹ “Desde que a possibilidade epistemológica não é suficiente para a possibilidade metafísica, o fato de o que é intuitivamente contingente resultar em ser metafisicamente necessário não deveria nos incomodar tão terrivelmente. É algo esperado.” (LEVINE, 1983, p. 356)

cartesiano de acesso epistêmico à realidade metafísica. A idéia de alguém pode ser clara e distinta como você quiser, e mesmo assim não corresponder ao que de fato é possível. O mundo é estruturado de um certo modo, e não há garantia de que nossas idéias corresponderão a ele de modo apropriado (LEVINE, 1993, p. 123).

Porém, ao pôr assim em dúvida as conclusões de Kripke, Levine não pretende defender o materialismo. Ele acha que a contingência epistemológica das asserções de identidade psicofísicas (e psicofuncionais) é um sério problema para o materialismo, na medida em que essas asserções (por causa dessa contingência) terminam envoltas em um véu de mistério, de tal modo que “não temos maneira de determinar exatamente quais proposições de identidade psicofísica são verdadeiras” (LEVINE, 1983, p. 354).

Em suas considerações sobre o problema mente-corpo, Kripke ressaltou uma determinada diferença entre asserções de identidade das ciências naturais²⁰ e asserções de identidade psicofísica²¹ ou psicofuncional²² a saber: que a contingência *poderia* ser mostrada como ilusória no caso das asserções das ciências naturais, mas *não* no caso das asserções psicofísicas e psicofuncionais. Levine aponta para uma outra diferença entre os dois tipos de asserções de identidade, a saber: que as asserções das ciências naturais são *completamente explanatórias*, enquanto que as asserções psicofísicas (assim como as psicofuncionais) deixam algo *não explanado*. Mas *o que* é deixado sem explicação e *por que* essas asserções deixam aberta uma tal lacuna explanatória?

De acordo com o autor, nossa noção dos fenômenos estudados pelas ciências naturais se esgota no papel causal desempenhado por esses fenômenos, isto é, se esgota naquilo que esses fenômenos causam (ou podem causar em circunstâncias apropriadas) no seu ambiente circundante. Uma vez que esses processos causais podem ser estudados justamente nos termos de ciências como a física e a química, o conhecimento de tais ciências torna inteligível de que modo um fenômeno como, p. ex., a energia cinética média pode desempenhar o papel causal que nós associamos ao calor. Uma asserção de identidade como (2) (cf. A nota de rodapé nº 21) pode ser reformulada em termos de um papel causal da seguinte maneira (cf. LEVINE, 1983, p. 355):

(2') o fenômeno que experimentamos através das sensações de calor e frio, o qual é responsável pela expansão e contração de mercúrio em termômetros, e que faz alguns gases emergirem e outros afundarem, etc., é a movimentação de moléculas [energia cinética média das moléculas TAP].

O conhecimento das ciências naturais é suficiente (pelo menos em princípio²³) para explanar como essas funções causais são desempenhadas pelo movimento molecular. No caso dos fenômenos mentais, temos algo que também desempenha seu papel causal.²⁴ Entretanto, de acordo com os defensores da tese da lacuna explanatória, nossa noção desses fenômenos, *não se esgota* no seu papel causal, pois há, para além deste último, aquilo que se convencionou chamar na discussão contemporânea de

²⁰ Como por exemplo (2): “calor é energia cinética média”.

²¹ Como por exemplo (1): “dor é a estimulação das fibras C”.

²² Como por exemplo (3): “Sentir dor é estar no estado funcional F”.

²³ Isto é, mesmo que, no caso de alguma característica causal, essas ciências ainda não tenham encontrado, de fato, uma explicação.

²⁴ “Se acreditarmos que parte do conceito expresso pelo termo “dor” é de um estado que exerce um determinado papel causal em nossa interação com o ambiente (ex.: avisa-nos de perigo, nos proporciona tentativas de evitar situações que acreditamos que irão resultar em perigo, etc.), (2) explica os mecanismos que baseiam o desempenho dessas funções. Então, por exemplo, se a penetração da pele por um objeto metálico pontiagudo excita certas terminações nervosas, o que por sua vez excita as fibras-C, o que causa vários mecanismos de defesa a serem postos em ação, o papel casual da dor foi explicado” (LEVINE, 1983, p. 357).

“qualia”, isto é, o caráter qualitativo²⁵ dos fenômenos mentais, o modo como eles são sentidos por nós. Nas palavras do autor:

Na verdade, sentimos que a função causal da dor é crucial para nosso conceito dela, e que descobrir o mecanismo físico pelo qual essa função causal é efetuada explica uma faceta importante do que há para ser explicado sobre dor. Contudo, há mais para o nosso conceito de dor do que sua função causal; há o seu caráter qualitativo, como se sente, e o que é deixado inexplicável pela descoberta da estimulação de fibras-C é *por que a dor deve ser sentida da maneira que é!* (LEVINE, 1983, p. 357).

Se esse estado de coisas não é suficiente para autorizar a conclusão de que a dor (assim como outros fenômenos mentais) é *ontologicamente diferente* de qualquer fenômenos físico (existe de um modo diferente), pelo menos ele deixa os materialistas na incômoda situação de compreender os fenômenos mentais de modo análogo a fenômenos físicos comuns (como o calor, descargas elétricas etc.), mas não ser capaz de explicar as características da mente em termos de sua base física (como é possível no caso destes fenômenos físicos comuns (o que é, inquestionavelmente, uma assimetria desagradável para um materialista).

Mas apesar de se colocar ao lado de Kripke na tentativa de empreender uma crítica ao materialismo, penso que Levine, com sua avaliação do argumento de Kripke, termina por arrefecer o ímpeto do dualismo ontológico defendido por este último, dualismo que teve nas últimas páginas de *Naming and Necessity* (onde é exposto o argumento contra o materialismo) uma de suas grandes fontes de alento nas últimas décadas.

É bem verdade que Levine é um dos grandes expoentes da visão de que o materialismo contemporâneo é incapaz de dar conta do problema da consciência. Seguindo a famosa distinção feita por David Chalmers (2004 [original 1995]), podemos dizer que o materialismo se restringe aos problemas *fáceis*, a respeito da consciência, tais como integração da informação por um sistema cognitivo, ou a capacidade de relatar estados mentais, deixando de lado o problema realmente *difícil*, que é o problema de explicar a experiência consciente em termos físicos.²⁶

Contudo, no meu modo de entender, ao conceber o campo de abrangência da intuição cartesiana como *epistemológico* (em lugar de *ontológico*), Levine (mesmo que inadvertidamente) coloca o problema mente-corpo em termos mais adequados para uma possível solução (o que não deixa de se afinar melhor com a perspectiva materialista), pois um problema epistemológico é insuficiente para fundamentar um dualismo metafísico entre mente e corpo.²⁷

²⁵ Para esclarecer o que é o caráter qualitativo da experiência consciente, Ansgar Beckermann oferece um excelente exemplo: “Todo mundo sabe qual é o gosto de um morango, como é o som de uma sirene, o cheiro de ovos podres... E se alguém dissesse que, apesar disso, não sabe ainda em que consiste o caráter qualitativo, p. ex., de um sabor, nós poderíamos lidar com esse não entendimento do seguinte modo: nós damos a ele um gole de vinho, deixamos então ele provar um bombom de hortelã e então lhe damos um gole do mesmo vinho com a observação: ‘isso que acabou de mudar é justamente o caráter qualitativo dessa experiência de um sabor’.” (BECKERMANN, 2001, p. 385).

²⁶ Chalmers reconhece que “fácil” é um termo relativo, e que, provavelmente, o trabalho empírico necessário para esclarecer esses problemas vai exigir um século ou dois para ser realizado. Porém, nós temos todas as razões para acreditar que os métodos da ciência cognitiva e da neurociência serão bem sucedidos. Já no caso do problema difícil, esses métodos parecem completamente inadequados. Assim, ficamos ser ter a menor idéia de como esses problemas poderiam ser resolvidos cientificamente.

²⁷ Nesse ponto, a influência de Thomas Nagel (nomeadamente o inspirador do argumento da lacuna explanatória) sobre Levine é bastante clara: “Seria um erro concluir que o fisicalismo tem de ser falso. Nada é provado pela inadequação das hipóteses fisicalistas que assumem uma errônea análise fisicalista de mente. Seria mais correto dizer que o fisicalismo é uma posição que nós não podemos *entender* porque

Referências Bibliográficas

- BECKERMANN, A. *Descartes' metaphysicher Beweis für den Dualismus*. Freiburg (Breisgau); Munique: Alber, 1986.
- _____. *Analytische Einführung in die Philosophie des Geistes*. Berlin; Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2001.
- BLOCK, N. “Troubles with Functionalism” In: *Readings in the Philosophy of Psychology*. Cambridge Mass: Harvard University Press. pp. 268-305, 1980.
- BURKHARDT, H. “De Origenes a Kripke: a história de mundos possíveis” In: IMAGUIRE, G.; ALMEIDA, C.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). *Metafísica Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, pp. 335-350, 2007.
- CHALMERS, David. “Facing up to the Problem of Consciousness” In: HEIL, J. (Org.) *Philosophy of Mind: A Guide and Antology*. Oxford: Oxford University Press. pp. 617- 40, 2004. [Publicação original: In: *Journal of Consciousness Studies* 2 (1995).]
- HEIL, J. *Philosophy of Mind: A Contemporary Introduction*. London: Routledge, 1998.
- KEMMERLING *Ideen des Ichs: Studien zur Philosophie Descartes'*. Frankfurt a. M.: Vittorio Klostermann, 2005.
- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2001.
- LEVINE, J. “Materialism and Qualia: The Explanatory Gap” In: *Pacific Philosophical Quarterly* 64, 354-61, 1983.
- _____. “On Leaving Out What Is Like” In: DAVIES/HUMPHRIES *Consciousness: Psychological and Philosophical Essays*. Oxford (UK); Cambridge (USA): Blackwell, pp. 121-136, 1993.
- LOUX, M. *Metaphysics: A Contemporary Introduction*. 3a ed. London; Nova Iorque: Routledge, 2006.
- MASLIN, K. T. *Introdução à filosofia da mente*. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- NAGEL, T. “What Is It Like To Be a Bat?” In: *Philosophical Review* Vol. 83, pp. 435-50, 1974.
- SCHRÖDER, J. *Einführung in die Philosophie des Geistes*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2004.

Abstract: The paper aims at giving a critical exposition of Kripke’s argument against materialism, argument based on Descartes’ reflections about the difference between mind and body. After a discussion of Kripke’s concept of rigid designator (section 2), and of his view about identity statements (section 3), the argument against materialism is exposed (section 4). In the concluding remarks, we criticized this argument inspired by Joseph Levine’s view about the *explanatory gap* (section 5).

Keywords: Rigid designators. Identity statements. Conceivability. Dualism. Explanatory gap